

ASSOCIAÇÃO  
NACIONAL DE JORNALISINSTITUTO VERIFICADOR  
DE JORNALISSISTEMA ATRIBUNA  
DE COMUNICAÇÃO

121 ANOS

ATRIBUNA

FUNDADA EM 26 DE MARÇO DE 1894  
M. Nascimento Jr. (1909-1959)  
Giusfredo Santini (1959-1990)  
Roberto Mário Santini (1990-2007)MARCOS CLEMENTE SANTINI  
Diretor-PresidenteROBERTO CLEMENTE SANTINI  
Diretor-Vice-PresidenteRENATA SANTINI CYPRIANO  
Diretora de MarketingFLAVIA CLEMENTE SANTINI  
Diretora de CirculaçãoPAULO NAEF  
Diretor-SuperintendenteARMINDA AUGUSTO  
Editora-ChefeMÁRCIO DELFIM LEITE SOARES  
Gerente Comercial e MarketingMARCO ANTONIO DA COSTA  
Gerente Industrial

# Revitalização do Porto no Valongo

Em todo o mundo existem experiências de sucesso de recuperação de áreas portuárias degradadas. Os casos de Porto Madero, em Buenos Aires, e do Parque das Nações, em Lisboa, que abrigou a Expo 98, são apenas dois exemplos. Em todos eles houve a renovação dos espaços existentes, que se tornaram grandes atrações turísticas, com investimentos importantes.

O Porto de Santos tem um trecho sem uso que vai do Valongo ao Paquetá, compreendendo os antigos armazéns 1 ao 8. Há muitos anos discute-se sua utilização, tendo sido desenvolvidos estudos na última administração municipal, que apontaram para um complexo de atividades que poderiam ali ser implantadas, que vão de hotéis e shopping centers a uma marina náutica.

Tal projeto precisa ser desenvolvido com atenção, levando em conta todas as possibilidades e potencialidades. Bem elaborado, pode ser realizado pelo setor privado. O resultado seria a criação de um espaço monumental, único no País, capaz de atrair atividades múltiplas. Os ganhos regionais seriam imensos: empregos, renda e negócios estariam em alta. O Centro Histórico de Santos, reconhecido como um dos mais importantes do Brasil, ganharia um reforço importante para sua efetiva recuperação.

Vale destacar a existência de diversos equipamentos importantes, como o Museu do Café e o Museu Pelé, que já atraem visitantes de todo o mundo. Eles se integrariam

com o complexo portuário e desenhariam um processo notável de expansão do turismo.

Há muitos problemas e questões complexas que envolvem o projeto. O primeiro deles é a relação entre governo federal (que controla a Codesp, proprietária dos armazéns) e o governo municipal. O recente exemplo do Porto Maravilha, na região portuária do Rio de Janeiro, demonstra que é possível conjugar os diferentes níveis de governo e montar uma operação financeira capaz de revitalizar uma área de 5 milhões de metros quadrados, nos quais serão construídos equipamentos de grande impacto cultural, como o Museu de Arte do Rio de Janeiro (Mar) e o Museu do Amanhã.

Um dos pontos mais importantes do projeto santista é a passagem rodoviária subterrânea a ser construída no local, parte integrante da segunda etapa da Avenida Perimetral portuária. O chamado “mergulhão” é essencial para assegurar a continuidade e ligação dos armazéns e o Centro Histórico, sem que o tráfego pesado interfira.

Estudos mostram problemas na construção do mergulhão, o principal deles envolvendo a existência de uma formação rochosa em frente ao prédio da Alfândega. Alternativas técnicas, como a redução da passagem subterrânea, são sugeridas, como forma de reduzir os enormes custos. Elas devem ser desenvolvidas e as soluções encontradas: o importante é garantir que o mergulhão exista, e o projeto do Porto Valongo possa, de fato, avançar.

# Mulheres candidatas

As mulheres vêm avançando no mercado de trabalho. Nos últimos cinquenta anos isso se acentuou: de uma situação em que poucas mulheres trabalhavam, dedicadas a cuidar das casas e dos filhos, o panorama se modificou. Presentes nas universidades em grande número, elas já são maioria em diversas profissões.

De um lado, as mulheres invertiram a situação de inferioridade a que foram submetidas durante séculos. Mas, de outro, há quem veja na mudança a consequência das alterações econômicas: ela teria decorrido muito mais da impossibilidade de os homens manterem o padrão anterior de sustentação exclusiva das famílias.

A realidade, porém, é que ninguém se espanta com a presença do sexo feminino em todas as atividades. Ao contrário, a mescla e o convívio são normais, embora as estatísticas ainda mostrem que as mulheres têm rendimentos menores do que os homens, e ocupem muito menos postos e posições de chefia e direção. A conclusão, portanto, é que o mundo do poder ainda é reservado ao sexo masculino.

Essa parece ser a razão principal da exclusão das mulheres do universo político. O número de deputadas e senadoras é muito pequeno no Brasil. Os números mostram a avassaladora maioria masculina: os homens constituem mais de 90% da Câmara Federal e Senado, enquanto as mulheres representam a maioria da população. Só há 47 deputadas federais (em um total de 513) e 7 senadoras (para um coletivo de 81).

Embora Dilma Rousseff tenha sido eleita presidente da República – a primeira mulher a exercer o cargo – só duas mulheres se tornaram governadoras nas últimas eleições (menos do que em 2006, quando três foram eleitas).

A legislação eleitoral no País tem buscado reverter esse quadro: a lei 9.504, de 1997, estabeleceu a reserva de pelo menos 30% das candidaturas de cada partido às mulheres. E a minirreforma eleitoral de 2009 foi ainda mais longe: exigiu que as vagas deveriam ser obrigatoriamente preenchidas (antes as chapas podiam ficar incompletas). O balanço de quase vinte anos dessa exigência mostra, entretanto, que ela não surtiu efeitos significativos.

Na Baixada Santista, o quadro é o mesmo. De 85 candidatos à Assembleia Legislativa e Câmara Federal, apenas 13 são mulheres (15%), número inferior ao das últimas eleições, de 2006, quando foram 18%. No País, houve crescimento expressivo de 47% das candidatas, mas nada assegura que serão eleitas, aumentando a proporção feminina nos parlamentos.

Mais do que exigências legais, o País precisa de mudança cultural: o poder, característico do exercício da política, não pode ser exclusivo dos homens. A igualdade precisa acontecer, de fato. E o caminho ainda é longo nesse sentido, mas precisa ser trilhado. As mulheres precisam interessar-se e participar da política para que a democracia prospere e avance.

# Opinião

## Do leitor

As cartas enviadas à Tribuna do Leitor devem conter nome, endereço, telefone e RG. O tamanho dos textos não pode ultrapassar 900 toques, incluindo os espaços. As cartas que não obedecerem esta orientação serão desconsideradas, bem como e-mails anexados.

E-MAIL  
leitor@atribuna.com.br

ATENDIMENTO AO LEITOR  
Telefone: 0800-727 7710

REDAÇÃO  
Rua João Pessoa 129, 3º andar, Centro Santos,  
São Paulo. CEP 11013-900

## Torcidas organizadas

Se o objetivo da CBF, infelizmente, não foi alcançado, a conquista do hexacampeonato, pelo menos a Copa deixou um legado valioso às autoridades judiciais, policiais e desportivas: o comportamento exemplar do público nos estádios onde se desenrolaram os jogos. Sem querer, a Copa orientou as autoridades como proceder para acabar, de vez, com a violência que predomina nas arquibancadas e arredores dos estádios nas partidas de futebol realizadas aqui no Brasil.

Está comprovado que a presença das torcidas organizadas tem que ser banida dos estádios, definitivamente. A bem da verdade, elas só existem por culpa dos cartolas que as protegem e financiam com o dinheiro dos clubes e oferecimento de benesses.

Há tempos, a Inglaterra, que sofria do mesmo mal, conseguiu acabar com os *holligans* mas, infelizmente, não foi copiado o procedimento inglês e o resultado está sendo aquilo que se vê constantemente. Foi bonito ver o espetáculo dos torcedores na Copa, lado a lado, se confraternizando, independente do país para o qual torciam.

Essa é a maior das finalidades da prática esportiva: o conagração dos povos.

JAYME LUIZ GUÉDES DE MORAES - SANTOS

## Obra irregular

Existe obra sendo realizada na Rua Alfredo Schammas, 45, no Marapé, que, segundo consta, esta embargada, porém, com funcio-

nários trabalhando.

Estive na Ouvidoria da Prefeitura fazendo uma reclamação, cujo protocolo recebeu o nº DICBE5123, datado de 30 de junho.

Fui informado que a resposta referente à reclamação demoraria em torno de 45 dias, apesar de comparecer na Ouvidoria várias vezes solicitando urgência na resposta, devido à obra estar em andamento.

Além de irregular, foram efetuadas diversas avarias no muro do prédio da Rua Coelho Neto, 18, situado no fundo da obra. Como proceder neste caso?

SINVAL DE FREITAS - SANTOS

## Cidade sem lixo



Estamos caminhando, aos poucos, para uma cultura onde somos, nós mesmos, os grandes responsáveis por emporcalhar uma cidade bonita como Santos.

Temos que dar exemplo de cidadania, amor pela cidade e responsabilidade pelos nossos atos. Bem-vinda a lei do lixo. Não precisaria de lei, desde que a consciência de cada cidadão funcionasse. Além do entulho, bitucas de cigarro, papéis em geral jogados na rua, muitos municípios já estão conscientes de que lugar de lixo é no lixo. Mas ainda existe uma parcela que recolhe as fezes de seu cachorro colocando-as em sacos plásticos e deixando-as nos cantos dos jardins, postes e muros, fazendo o serviço pela metade.

Portanto, vamos continuar injuriando esses maus cidadãos. É como diz o nosso prefeito: “nosso maior fiscal é o próprio cidadão”.

J. A. NOGUEIRA DE SÁ - SANTOS

## Lições da Copa

Que lição a Copa nos trouxe? Paulo Coelho, AT Revista, nos remete à reflexão: “Um guerreiro aceita a responsabilidade de seus atos mesmo os mais triviais. O homem comum nunca assume seus erros, mas assume qualquer vitória, mesmo que seja dos outros. Ele é um ganhador ou um perdedor, e pode transformar-se em perseguido ou vítima, mas jamais chegará à condição de guerreiro, porque não merece!”

Que lição esta Copa nos trouxe? Nos afligimos, nos melindramos ou nos ofendemos, por quê? Depois vem o sentimento de vingança e desforra contra os finalistas que fizeram jus às vitórias e com moral. Sentimento ignaro e sem escopo. Temos muito que aprender.

JORGE FONSECA - SANTOS

## Tribuna Livre

MAURÍCIO DE ARAÚJO ZOMIGNANI. Assistente social e membro do Fórum da Cidadania. E-mail: mauzomi@ig.com.br

# Em defesa da participação

“O olho do dono é que engorda o gado”, dito popular.

A discussão estabelecida sobre o decreto presidencial que estabeleceu a Política Nacional de Participação Social - PNPS, tema central para qualquer sociedade que se pretenda democrática, não pode, como querem os oportunistas e eleitores, ser reduzida a rótulos enaltecidos ou pejorativos.

A posição adotada pelo senador Álvaro Dias, autor de um projeto de decreto legislativo que simplesmente pretende sustar os efeitos do PNPS é que para “instituir modalidades de representação popular e democracia direta, o PNPS não foi constituído com a devida e necessária participação dos legítimos representantes populares: os deputados e senadores da República”. Ainda que se possa supor na argumentação o intuito de aglutinar parlamentares contra a proposta, ela toca num ponto delicado: como fazer mudanças que enfrentem os vícios de nossa estrutura e cultura políticas por representantes que se beneficiam e foram produzidos por essa mesma cultura e estrutura viciadas? Como se pode pretender estabelecer “modalidades de representação popular e democracia direta” pela instância que exerce a democracia indireta, inclusive com práticas condenáveis (alguém deveria explicar como se pode condenar corruptores de congressistas sem condenar também os próprios congressistas corruptos)?

O fato é que a questão da Partici-



pação está por trás dos principais fatos da política nacional dos últimos anos, como a Lei de Combate à Corrupção Eleitoral e a Lei da Ficha Limpa, só viabilizadas através da Iniciativa Popular, as manifestações de junho de 2013 e a proposta de Assembleia Exclusiva para realização da Reforma Política, única forma de se aprovar propostas que realmente mudem nossa estrutura representativa.

A democracia está em crise. Se não há margem para retrocessos autoritários que contam com defensores inconscientes e isolados, se não podemos dispensar o Poder Legislativo, ainda que altamente desprestigiado segundo pesquisas de opinião, devemos nos dedicar, sim, à construção de mecanismos efetivos e inovadores de participação no contexto de uma política pública que amplie os poderes hoje exercidos pela sociedade frente ao Estado, caminho trilhado por im-

portantes países desenvolvidos.

Como poderemos fiscalizar melhor Saúde e Educação, promover a eficácia dos gastos públicos? Como limitar benefícios dos dirigentes políticos e condicionar aumentos em seus ganhos e outros privilégios a referendos populares? Não seria fundamental que se exigisse o cumprimento de promessas eleitorais e deixassem o mandato aqueles que perdessem a confiança da sociedade? Pois como poderemos aprovar propostas como estas senão pelo caminho tão dificultado da Iniciativa Popular e da Participação?

No Fórum da Cidadania de Santos temos clareza da urgência de se articular pessoas e organizações que se preocupam com o tema. Reconhecemos avanços na norma editada pelo executivo federal e queremos avançar mais, inclusive propondo o aprofundamento e articulação da participação democrática em nosso município.